

Carta-resposta ao documento “Propostas para uma Política de Estado de Tecnologia e Inovação em Minas Gerais”

Varginha, 9 de setembro de 2026.

Aos Senhores
Leonardo Feres Menhem
Thiago de Azevedo Camargo
Organizadores do documento
Às entidades subscritoras

Prezados Leonardo e Thiago,

Agradeço o recebimento da versão final do documento “Propostas para uma Política de Estado de Tecnologia e Inovação em Minas Gerais” e a oportunidade de responder às contribuições reunidas por vocês.

Estendo o agradecimento à Baanko, à Federação Assespro-MG, à Fundação Biominas, à Fumsoft, ao Instituto Odsseia, ao Orbi Conecta, ao Raja Valley, à Sociedade Mineira de Engenharia e à Sucesu Minas. Reconheço o caráter não partidário da iniciativa e a importância de construir uma agenda que atravesse mandatos, respeitando a pluralidade de quem contribuiu para sua elaboração.

O diagnóstico apresentado encontra forte convergência com o Plano de Governo de Gabriel Azevedo e Maria Helena: Minas Gerais precisa aproximar sua capacidade científica dos problemas concretos da população e das oportunidades de desenvolvimento de cada região. Essa aproximação exige educação de qualidade, instituições fortalecidas, investimento responsável e mecanismos que permitam transformar conhecimento em melhores serviços e produção de maior valor.

Nossa resposta distingue os compromissos já presentes no Plano de Governo das contribuições que acolhemos para seu aprofundamento e das propostas cuja implementação exige definição orçamentária, estudos técnicos ou mudanças legais. A concordância com uma diretriz não dispensa explicar como executá-la. É com esse sentido de responsabilidade que apresento os compromissos a seguir.

1. Ciência, tecnologia, inovação e impacto: respeitar as diferenças e construir uma estratégia comum

Concordo com a distinção que organiza o documento. A ciência amplia o conhecimento. As engenharias contribuem para transformá-lo em soluções. A tecnologia materializa possibilidades, e a inovação ocorre quando essas soluções são incorporadas e geram valor. A política pública precisa reconhecer essas funções, sem exigir de todas a mesma forma de avaliação.

Nosso plano já afirma que cabe ao Estado sustentar a ciência básica, formar pessoas e melhorar a aprendizagem. Também prevê aproximar a pesquisa das demandas produtivas e dos serviços públicos, preservando a autonomia universitária.

A pesquisa científica não será subordinada à obrigação de apresentar retorno comercial imediato. Seu mérito deve considerar a contribuição ao conhecimento, a formação de pesquisadores, a originalidade e a qualidade. No desenvolvimento tecnológico, serão necessárias outras medidas, como adoção das soluções, ganhos de produtividade, impactos ambientais e sociais e viabilidade de aplicação.

Também acolho a aproximação entre as Ciências Exatas e as Ciências Sociais proposta no documento. Uma solução pode funcionar tecnicamente e fracassar porque não considera as condições de uso ou as necessidades das pessoas. Tecnologia deve ser avaliada pelo problema que ajuda a resolver.

2. Visão de longo prazo, prioridades e continuidade

Acolho a construção de uma visão para 2050, com metas intermediárias para 2030, vinculada aos instrumentos de planejamento do Estado. O próximo governo deve deixar capacidade instalada e projetos consistentes para além de seu mandato.

Essa continuidade não será confundida com perpetuação de programas ineficientes. Cada prioridade deverá ter critérios públicos de escolha, revisão periódica e responsáveis identificados. O que produzir resultados deve ser preservado, independentemente de quem o iniciou. O que não funcionar deve ser corrigido ou encerrado, com justificativa.

As prioridades serão selecionadas considerando capacidade científica instalada, demanda social, impacto regional, participação empresarial, potencial de mercado e viabilidade de execução. A escolha de poucas missões estratégicas não significará abandonar a pesquisa em outras áreas nem fechar as portas a oportunidades emergentes.

A experiência internacional apresentada por vocês será uma referência de desenho institucional, não um modelo a ser transplantado automaticamente. Nosso compromisso é adaptar os instrumentos às competências, às instituições e à realidade fiscal de Minas Gerais.

3. Prioridades estratégicas e transformação das economias regionais

As cinco frentes destacadas no documento dialogam com o Plano de Governo. Acolho sua utilização como base para selecionar missões tecnológicas, com escopos definidos e recursos compatíveis, em vez de transformar todas as possibilidades em promessas simultâneas.

Agroindústria avançada, bioeconomia e bionegócios

Nosso plano já prevê aproximar a Emater-MG, a Epamig, a Fapemig e as universidades dos problemas das cadeias produtivas. A contribuição recebida permite aprofundar essa agenda com certificação, controle de qualidade, indicações geográficas, pesquisa aplicada e rastreabilidade.

No café, nos laticínios e nos queijos, o objetivo será combinar produtividade com diferenciação e acesso a mercados. Não basta contabilizar o volume produzido: precisamos verificar a qualidade e quanto do valor adicional chega ao produtor. A política deve alcançar também quem não dispõe de escala para contratar assistência técnica ou financiar desenvolvimento próprio.

Apoiaremos a organização coletiva dos produtores e a proteção dos ativos de identidade territorial, respeitando as atribuições das instituições responsáveis. A agregação de valor deverá responder à demanda e à viabilidade econômica, sem impor um único modelo de comercialização ou processamento.

Energia e transição energética justa

O Plano de Governo já vincula energia limpa ao desenvolvimento regional. Acolho o aprofundamento dessa agenda em armazenamento, eficiência energética, integração de fontes renováveis e redes inteligentes.

A estruturação dos projetos deverá reunir a capacidade das instituições científicas e do setor produtivo, utilizando o BDMG e os instrumentos de fomento adequados. A participação da Cemig deverá respeitar sua governança e suas responsabilidades com a prestação do serviço.

Centros de competência novos somente serão propostos quando houver lacuna demonstrada e condições de funcionamento. Antes disso, será necessário utilizar melhor as capacidades existentes. A expansão tecnológica deverá produzir benefícios para consumidores e empresas, sem transferir custos pouco transparentes à tarifa.

Mineração, minerais críticos e novos materiais

Nosso plano prevê expressamente uma Política Estadual de Minerais Críticos e Terras Raras orientada à agregação de valor. A contribuição de vocês amplia essa discussão ao destacar a possibilidade de desenvolver e exportar equipamentos, serviços e tecnologias associados à mineração.

Acolho a estruturação de uma agenda de fornecedores tecnológicos, com desafios apresentados pelas empresas, oportunidades de teste e parcerias de pesquisa. O apoio deverá alcançar o aproveitamento de resíduos, a automação, os materiais avançados, o processamento e a reciclagem, conforme a viabilidade de cada projeto.

O potencial mineral não será tratado como garantia automática de industrialização. Tampouco a política industrial dispensará avaliação ambiental ou substituirá competências federais. O desenvolvimento dessa cadeia deverá preservar os recursos hídricos e dar transparência aos impactos e às medidas de proteção.

Mobilidade sustentável, logística e gestão de ativos

A proposta converge com nossa agenda de ferrovias, manutenção da infraestrutura e transporte coletivo. Acolho seu aprofundamento tecnológico em gestão de frotas, manutenção preditiva, sistemas de informação e telemetria.

Os projetos poderão utilizar demandas reais do Estado como oportunidades de desenvolvimento, desde que existam condições técnicas e responsabilidades definidas. Ambientes experimentais deverão ter duração determinada, limites de operação e proteção aos usuários, sem afastar regras que o Estado não tenha competência para modificar.

A inovação deve complementar a infraestrutura física. Um sistema digital não substitui uma estrada conservada nem um transporte confiável. Seu valor estará em melhorar essas entregas e permitir decisões mais bem informadas.

Saúde, biotecnologia e ciências da vida

Nosso plano já orienta a inovação para setores de alta dependência tecnológica e para a melhoria dos serviços públicos. Acolho a proposta de uma agenda de longo prazo para as ciências da vida, considerando inclusive a articulação territorial sugerida para Montes Claros.

Essa agenda deverá aproximar empresas, hospitais, instituições de pesquisa e universidades, com projetos que possam avançar em diagnóstico, equipamentos, insumos e soluções assistenciais.

A proposta de um programa decenal merece estruturação específica. Não assumirei, antes de conhecer seus componentes, uma cifra global ou a criação de uma nova agência executora. Assumo o compromisso de definir objetivos, organizar as capacidades existentes e apresentar um modelo financeiro que permita continuidade, respeitando os ciclos de desenvolvimento e as exigências regulatórias.

4. Inteligência artificial, transformação digital e infraestrutura compartilhada

Nosso plano já prevê integração de informações e uso de tecnologia em serviços públicos. Também propõe estudar ferramentas de fiscalização inteligente de obras. Acolho a contribuição de tratar a inteligência artificial e a transformação digital como instrumentos transversais, acompanhados de capacitação e governança.

O Estado deverá selecionar problemas concretos para aplicação tecnológica, com critérios de prioridade e avaliação anterior à expansão. Entre as possibilidades estão o acompanhamento de contratos, o atendimento ao cidadão, a fiscalização ambiental e a organização dos serviços de saúde.

Cada aplicação deverá prever proteção de dados, segurança da informação, supervisão humana e transparência compatível com sua finalidade. A automação não poderá tornar uma decisão pública incompreensível ou impedir que o cidadão procure atendimento e revisão. A digitalização deve simplificar o serviço, e não apenas transferir burocracia para uma tela.

Acolho também o mapeamento de capacidades computacionais e laboratórios para uso compartilhado, mediante acordos com seus responsáveis. O acesso deverá considerar as necessidades de pequenas empresas e pesquisadores, com regras de custeio e utilização que assegurem a manutenção dos ativos.

Na atração de centros de dados, defenderemos contrapartidas verificáveis relacionadas à eficiência energética e hídrica, à formação profissional e à pesquisa local. O volume de investimento anunciado não será o único critério de avaliação. A política deverá examinar quanto conhecimento e desenvolvimento permanecem em Minas Gerais.

5. Internacionalização orientada a resultados

Acolho a internacionalização como instrumento para ampliar capacidades e mercados. A prioridade será organizar interesses concretos, identificar parceiros adequados e aproveitar os acordos existentes antes de multiplicar missões sem continuidade.

A atuação estadual deverá apoiar a atração de centros de pesquisa, a cooperação científica, a expansão de empresas mineiras e a estruturação de projetos conjuntos. Os resultados serão acompanhados por atividades efetivamente realizadas, contratos, investimentos e soluções desenvolvidas, não apenas por eventos ou memorandos assinados.

Quanto aos mecanismos de coinvestimento inspirados nas experiências apresentadas, acolho sua avaliação técnica. Eventual participação pública deverá ter critérios de seleção, limites de exposição, regras de saída e responsabilidades claras. A presença de parceiro internacional poderá ser relevante conforme o objetivo, sem se transformar em exigência automática para todo projeto.

Cooperar com a União será parte dessa estratégia. O Estado deverá preparar oportunidades e defender os interesses de Minas Gerais, respeitando as atribuições federais.

6. Meio ambiente, resiliência climática e cidades inteligentes

Nosso plano já prevê apoio técnico aos municípios na prevenção de desastres, com planejamento por bacia e uso de informações territoriais. Também estabelece compromissos com o saneamento e o fortalecimento da capacidade ambiental do Estado.

Acolho a proposta de transformar esses desafios em oportunidades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Soluções de monitoramento, redução de perdas, reúso e tratamento de água poderão integrar as missões selecionadas, desde que respondam a necessidades demonstradas.

A construção civil também merece ser incorporada a essa agenda. Avaliaremos aplicações de industrialização construtiva, materiais de menor impacto e modelagem digital em projetos de interesse público. A adoção dependerá de desempenho comprovado e segurança, considerando os custos de manutenção ao longo da vida útil.

Uma cidade inteligente não será definida pela quantidade de sensores. Será definida pela capacidade de usar informações para proteger pessoas e melhorar serviços, com condições de funcionamento permanente e apoio aos municípios que tenham menor estrutura técnica.

7. Instrumentos adequados à maturidade tecnológica

Nosso plano já prevê apoio a empresas de base tecnológica, financiamento de projetos-piloto e pesquisa aplicada. Acolho a contribuição de organizar esses instrumentos por estágio de desenvolvimento.

A pesquisa inicial deverá ter apoio compatível com sua incerteza. A prova de conceito precisará demonstrar a possibilidade técnica. O desenvolvimento exigirá prototipagem e validação. A entrada no mercado dependerá de adoção e condições de escala. Essas etapas não devem receber exigências idênticas nem ser tratadas como uma sequência rígida para todas as áreas.

Bolsas, crédito, encomendas tecnológicas e subvenções têm finalidades diferentes. Sua combinação deverá considerar o risco e a capacidade do beneficiário. Não faz sentido exigir endividamento de um projeto que ainda enfrenta incerteza tecnológica incompatível com receita previsível.

Apoio a utilização de referências como o PIPE e o SBIR para aperfeiçoar um programa mineiro voltado a empresas de base tecnológica. Isso não significa importar automaticamente seus percentuais ou reproduzir sua estrutura institucional.

Os desembolsos deverão acompanhar marcos técnicos verificáveis, com possibilidade de reorientar ou interromper projetos. Um resultado negativo pode produzir aprendizado relevante; não deve ser confundido automaticamente com irregularidade. Essa distinção exige justificativa técnica e prestação de contas.

8. Fapemig com previsibilidade financeira e autonomia de atuação

A Fapemig ocupa posição estratégica em nosso Plano de Governo. Assumo o compromisso com o cumprimento integral do mínimo constitucional de 1% da receita orçamentária corrente ordinária do Estado e com os repasses mensais previstos no artigo 212 da Constituição estadual.

O cumprimento dessa obrigação deverá integrar a programação financeira desde o início da gestão. Eventuais diferenças de exercícios anteriores precisarão ser apuradas e tratadas de forma transparente, com definição das responsabilidades e das providências cabíveis.

Acolho a revisão dos efeitos do artigo 17 da Lei nº 22.929/2018 sobre a capacidade de planejamento da Fundação. Essa revisão deverá considerar a destinação dos recursos e os programas financiados, inclusive os executados pela Epamig, pela UEMG e pela Unimontes. Se forem necessárias alterações legais, o governo apresentará proposta à Assembleia Legislativa, com avaliação de impacto e transição que preserve atividades de mérito.

Também acolho o aperfeiçoamento das linhas empresariais para ampliar a previsibilidade de submissão e análise, inclusive por fluxo contínuo quando adequado. A referência do PIPE contribui para esse desenho, sem desconsiderar instrumentos já existentes.

Os projetos de longo ciclo deverão contar com planejamento plurianual e desembolsos associados a marcos técnicos, respeitadas as regras orçamentárias. Ajustes de escopo ou de rubricas deverão ter procedimentos claros e proporcionais ao risco. Agilidade não significa ausência de controle, assim como controle não deve significar paralisia.

9. Educação, formação científica e retenção de talentos

Concordo com a centralidade da educação básica na estratégia tecnológica. Nosso plano coloca a aprendizagem no centro da política educacional e prevê concursos regulares, formação continuada, previsibilidade remuneratória e progressão profissional.

Uma política de inovação não compensa uma criança que não aprende. A formação em ciências, linguagem e matemática deve sustentar o desenvolvimento posterior, sem reduzir a escola a treinamento para uma ocupação específica.

Acolho a proposta de associar cada missão tecnológica a um plano de formação, construído com as instituições do território. Essa formação deverá contemplar a educação profissional, o ensino superior e a requalificação de trabalhadores, respeitando as diferentes competências institucionais.

Na inteligência artificial, a agenda deverá alcançar tanto o uso responsável por estudantes e profissionais quanto a formação avançada. A capacitação não ficará restrita a especialistas em tecnologia.

As propostas de bolsas de fixação, cátedras industriais e retorno de pesquisadores serão estruturadas com critérios públicos e participação das instituições interessadas. Seus valores e sua escala dependerão de avaliação orçamentária. O objetivo será criar condições para que o talento encontre perspectivas de trabalho e pesquisa em Minas Gerais, sem prometer vínculos permanentes onde eles não estejam previstos.

10. Arquitetura financeira e preparação de projetos

A contribuição sobre estruturação e captação dialoga diretamente com nossa defesa de capacidade técnica permanente. Acolho a organização dessa função dentro da estrutura estadual, evitando criar canais concorrentes para o mesmo propósito.

A equipe deverá ajudar a transformar demandas em projetos financiáveis, articulando instrumentos do BDMG e da Fapemig com oportunidades do BNDES, da Embrapii, da Finep e de outros parceiros. Cada instituição manterá suas atribuições e critérios de análise.

A carteira deverá identificar o estágio do projeto, suas contrapartidas, seus custos, os riscos e o responsável pela execução. Uma oportunidade federal anunciada não será registrada como recurso garantido. Da mesma forma, financiamento reembolsável não será apresentado como transferência gratuita.

Fundos e garantias dependerão de modelagem jurídica e financeira, com avaliação dos riscos para o Tesouro. Não assumiremos obrigações permanentes com base em captações incertas.

Os incentivos associados à inovação também estarão sujeitos ao painel de benefícios e subsídios previsto no plano, com contrapartidas, custo, objetivo e resultado. O apoio público precisa demonstrar benefício público.

11. Empresas âncora, centros tecnológicos e ambientes de inovação

Nosso plano já prevê distritos de inovação e residência tecnológica, com aproximação entre empresas e instituições de pesquisa. Acolho a proposta de organizar essa relação em torno de desafios reais e oportunidades de desenvolvimento conjunto.

As empresas âncora poderão abrir problemas tecnológicos, compartilhar ambientes de teste e participar do financiamento, mediante instrumentos adequados. A governança deverá assegurar oportunidades de participação a diferentes empresas e pesquisadores, evitando favorecimento ou exclusividade injustificada.

A contribuição recebida destaca também aceleradoras, incubadoras e parques tecnológicos. Seu apoio deverá considerar a capacidade de transformar projetos em aplicações e negócios, sem limitar a avaliação ao número de eventos ou de empresas formalmente vinculadas.

Os custos institucionais indispensáveis ao funcionamento desses ambientes devem ser reconhecidos quando cabíveis, com critérios de proporcionalidade e avaliação periódica. As referências internacionais ajudam a discutir sustentabilidade financeira, sem impor a todas as instituições uma fórmula única de financiamento.

Santa Rita do Sapucaí, destacada no documento, será considerada nessa agenda de fortalecimento dos arranjos existentes. O objetivo será aprender com experiências territoriais e conectá-las a outras regiões, não reproduzir estruturas idênticas onde as condições sejam diferentes.

12. Compras públicas de inovação: o Estado como cliente responsável

Acolho a proposta de utilizar a demanda pública como instrumento de inovação. Essa agenda aprofunda os compromissos do plano com contratação de qualidade e uso de tecnologia para melhorar serviços.

Os órgãos estaduais deverão apresentar problemas e resultados esperados, em vez de formular exigências que antecipem uma solução ou favoreçam determinado fornecedor. A escolha entre contratação convencional, encomenda tecnológica e outros instrumentos apropriados dependerá da natureza da necessidade e da existência de risco tecnológico.

A implementação exigirá capacitação das equipes e orientação jurídica, com diálogo com os órgãos de controle, preservando a independência de cada instituição. As regras deverão tratar da avaliação, dos direitos de uso, da propriedade intelectual e das responsabilidades por eventuais insucessos.

Acolho a definição de metas progressivas para compras de inovação, após identificar a base de despesas elegíveis. Não assumo um percentual uniforme sobre todas as compras estaduais antes desse diagnóstico. Também não tratarei um catálogo de soluções como autorização automática de contratação.

A política deve ampliar as condições de participação das empresas mineiras dentro das regras aplicáveis, sem criar reserva de mercado indevida. Nas estatais, deverão ser respeitados a governança e o regime jurídico próprios.

O resultado esperado não será simplesmente comprar mais tecnologia. Será melhorar o serviço e criar oportunidades para soluções capazes de demonstrar seu valor.

13. Ambiente regulatório e segurança para inovar

Acolho a proposta de decompor os obstáculos identificados no diagnóstico e concentrar a ação naquilo que efetivamente depende do Estado.

Nosso plano já prevê coordenação de procedimentos e fortalecimento da capacidade técnica. Essa orientação será aplicada à inovação por meio de exigências mais claras, redução de duplicidades e transparência sobre a tramitação dos processos.

Ambientes regulatórios experimentais serão considerados quando adequados, com escopo e prazo definidos. Sua finalidade será aprender com testes controlados, sem suspender obrigações que ultrapassem a competência estadual ou reduzir a proteção das pessoas.

Também será necessário apoiar os municípios na qualificação de seus procedimentos. A simplificação deve oferecer segurança a quem empreende e a quem fiscaliza, sem transformar previsibilidade em aprovação antecipada.

14. Governança com comando, presença regional e avaliação independente

Concordo que a política precisa de comando executivo. A articulação com o setor produtivo e com as instituições científicas não poderá se limitar a um fórum de reuniões sem consequência.

Acolho a organização de uma instância estratégica acompanhada pelo governador, com participação plural, e de uma coordenação executiva claramente identificada. O desenho deverá partir das estruturas existentes e explicitar responsabilidades, recursos e instrumentos de acompanhamento. Qualquer alteração que exija lei será submetida à Assembleia Legislativa.

Os Governos Regionais previstos em nosso plano contribuirão para identificar demandas e aproximar os municípios das instituições de pesquisa. Não substituirão a avaliação científica da Fapemig nem criarão instâncias regionais de aprovação de projetos.

A seleção de prioridades deverá ter prevenção de conflitos de interesse e publicidade das decisões. Participar da formulação da política não significará adquirir preferência no acesso aos recursos.

A Comissão Independente de Avaliação e Resultados de Minas Gerais, prevista no plano, poderá examinar os efeitos dessas políticas sem subordinação às conclusões desejadas pelo governo. Quem executa não pode ser o único a avaliar o próprio trabalho. A independência da avaliação deverá conviver com a responsabilidade do governo eleito de decidir e explicar suas escolhas.

15. Metas para 2030 e resultados que importam

O documento sugere alcançar a terceira posição nacional no IBID até 2030. Acolho essa ambição como referência de mobilização, sem transformá-la em garantia de colocação: o ranking também depende da trajetória de outros estados e de sua metodologia.

Nosso compromisso principal será publicar metas para resultados sobre os quais a política estadual possa atuar. O painel deverá acompanhar a adoção de soluções, a captação de recursos, o investimento empresarial em pesquisa, a participação de atividades intensivas em conhecimento, a retenção de talentos e os resultados dos instrumentos de fomento.

Cada indicador terá fonte, linha de base, periodicidade e responsável. Onde ainda não houver informação confiável, a primeira entrega será produzi-la, sem inventar uma meta apoiada em número desconhecido.

Também distinguiremos anúncio de desembolso, financiamento aprovado de recurso executado e pedido de patente de utilização econômica. O aumento de um indicador administrativo não substitui a demonstração de impacto.

As avaliações deverão considerar as diferenças regionais e a natureza de cada atividade. Na ciência, preservar o mérito e a contribuição ao conhecimento. Na inovação, verificar adoção e resultados. Em ambas, assegurar integridade e transparência.

16. Compromissos para os primeiros cem dias

Acolho a cobrança do documento por decisões concretas no início do governo. Para essa agenda, proponho as seguintes entregas:

- a) Apresentar a agenda estadual de tecnologia e inovação, com horizonte em 2050, metas intermediárias para 2030 e critérios públicos para seleção das primeiras missões. A coordenação executiva deverá conduzir a pactuação com as instituições e publicar as responsabilidades.
- b) Assegurar, desde o início da gestão, a programação dos repasses constitucionais à Fapemig e publicar o acompanhamento de sua execução. A Fazenda e a Fundação deverão apresentar também a apuração de eventuais pendências e o encaminhamento correspondente.
- c) Definir a estrutura de governança e identificar nominalmente o responsável pela execução. As medidas administrativas serão adotadas dentro das competências existentes; alterações legais necessárias terão proposta e cronograma de encaminhamento.
- d) Disponibilizar uma carteira inicial de projetos organizada por maturidade tecnológica, com demandas públicas e produtivas. A carteira distinguirá projetos preparados daqueles que ainda precisam de estruturação, sem apresentar recursos pretendidos como captação concluída.
- e) Iniciar a modernização dos instrumentos da Fapemig, com medidas administrativas cabíveis e cronograma para os demais aperfeiçoamentos. O trabalho incluirá fluxo de submissão, planejamento plurianual e revisão dos procedimentos de execução e prestação de contas.
- f) Organizar a função permanente de estruturação e captação, em articulação com o BDMG e a Fapemig, e publicar um primeiro mapa de oportunidades federais e internacionais compatíveis com a carteira estadual.
- g) Publicar uma primeira chamada de desafios tecnológicos do Estado, com órgão demandante e problema definidos, acompanhada do cronograma de contratação. O procedimento deverá ter enquadramento jurídico e orçamento identificados antes da assunção de qualquer despesa.
- h) Reunir as primeiras mesas de trabalho com empresas e instituições científicas para pactuar desafios e planos de formação, com entregas e prazos públicos. O resultado deverá alimentar a carteira de projetos e o painel de acompanhamento, evitando reuniões sem encaminhamento verificável.

Essas entregas não pressupõem que todos os instrumentos financeiros estejam operando ou que todos os projetos tenham concluído sua maturação em cem dias. Pressupõem que o governo tenha tomado as decisões sob sua responsabilidade e tornado públicos os próximos passos.

O dimensionamento das novas despesas deverá integrar a preparação orçamentária, sem comprometer obrigações existentes nem transformar a responsabilidade fiscal em justificativa para a falta de planejamento.

Reafirmo meu compromisso com uma política que proteja a liberdade científica e amplie as condições para inovar. Minas Gerais precisa valorizar quem pesquisa, apoiar quem transforma conhecimento em solução e medir o benefício que chega às pessoas.

A contribuição apresentada por vocês será incorporada ao aprofundamento dessa agenda nos termos desta resposta, preservando as distinções entre compromissos assumidos e instrumentos que ainda exigem estruturação. O diálogo com as entidades deve continuar na implementação e na avaliação, com espaço para apontar dificuldades e corrigir decisões.

Quero que o conhecimento produzido em Minas Gerais ajude a resolver os problemas de Minas Gerais e amplie nossa participação no desenvolvimento do país. Esse compromisso exige continuidade, cooperação e responsabilidade com os resultados. É esse o trabalho que proponho construir com vocês.

Atenciosamente,

Gabriel Azevedo

Candidato ao Governo de Minas Gerais

MDB | 15